



Uma proposta pedagógica para o ensino de História: a escravização feminina no Diário do Rio de Janeiro

Gabriela de Melo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Mestranda em História

vieiragabs1@gmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar e desenvolver uma proposta pedagógica utilizando os anúncios sobre as mulheres escravizadas publicados no “Diário do Rio de Janeiro”, bem como anúncios de mulheres forras, durante o século XIX, visando apontar como o uso de periódicos pode ser importante para estudantes conhecerem, analisarem e refletirem sobre a escravização feminina e seus impactos na construção de estereótipos que perduram até hoje nas vidas de mulheres negras. A metodologia para análise desses anúncios será a pesquisa qualitativa documental, por meio da análise de conteúdo, que permite percebermos como essas escravizadas eram utilizadas para serviços de porta a dentro e/ou fora, naquela sociedade escravocrata, bem como conhecermos algumas de suas fugas e agências.

Palavras-chave: Mulheres escravizadas. Diário do Rio de Janeiro. Proposta pedagógica.

Introdução

A sociedade brasileira tem como um de seus principais marcadores sociais, políticos, culturais e econômicos o racismo estrutural. Esse impacta, cotidianamente, as vidas de homens e mulheres negras. Ao analisarmos, especificamente, como essa estrutura excluente e violenta atua sobre as mulheres, temos como grande referencial intelectual e ativista do movimento negro, a pensadora Lélia Gonzalez. No artigo “A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica” (1981), ela demonstra o impacto que a escravização teve na construção da forma como a mulher negra “[...] é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata” (Gonzalez, 1981, p. 45). A autora atribui que essa mulher escravizada é vista dessa forma em decorrência da sua atuação como mucama, ou seja, a pessoa responsável pelas atividades do lar como cozinhar, vestir senhoras, engomar, cuidar dos filhos de seus senhores e afins.

Pensando o ensino escolar, Marcos Antônio da Silva e Selva Guimarães Fonseca propõem que “[...] pesquisadores, formadores, gestores e professores possuem uma clara compreensão de que a escola constitui espaço complexo de disputas políticas, debates intelectuais, fontes históricas e diferentes propostas de saber” (Silva; Fonseca, 2010, p. 31).

Nesse contexto, o ensino de História se constitui enquanto um campo importante de construção de saberes, tensões e conflitos, fundamental para demonstrar, historicamente, como a escravização contribuiu para a formação dessa visão racista e sexista sobre as mulheres negras e que perdura até os dias de hoje.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os estudos sobre a escravização moderna e o tráfico de escravizados são previstos para as turmas de sétimo e oitavo anos e para tal abordagem, pretende-se demonstrar como o Diário do Rio de Janeiro, entre 1821 e 1825, pode contribuir para apresentar aos estudantes alguns aspectos da vida dessas mulheres, bem como as suas formas de resistência. O documento também pode proporcionar às turmas uma experiência valiosa sobre o uso de fontes primárias na História. Circe Bittencourt afirma que:

As possibilidades de utilizar jornais como fonte histórica são múltiplas: a análise dos conteúdos das notícias (políticas, econômicas, culturais, etc.), da forma pela qual são apresentadas as notícias, as propagandas, os anúncios, as fotografias, etc. e de como esse conjunto de informações está distribuído nas diversas partes do jornal, entre outras (Bittencourt, 2008, p. 335).

Trabalhos como “O uso do jornal para trabalhar com a noção de fato e tempo histórico” (2002), de Rivail Carvalho Rolim, “Uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores” (2009), de Elaine Cristina Anhussi e “O trabalho com fontes impressas periódicas nas aulas de História: um estudo de caso sobre o desenvolvimento do pensamento histórico” (2018), de Fabrício Adriano, destacam-se por demonstrarem que a utilização de jornais pode ser útil como forma metodológica de ensino.

Tais estudos proporcionam um aprendizado histórico valioso para esses estudantes. Jörn Rüsen aponta que “O aprendizado histórico pode, portanto, ser compreendido como um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem” (Rüsen, 2011). Essa experiência de tempo, de acordo com o autor, congrega os desafios do presente, as experiências do passado e as expectativas do futuro. Ao tratarmos de nossa proposta, temos as demandas essenciais e urgentes das mulheres negras em relação ao racismo e o sexismo da sociedade brasileira, as experiências dos quase 400 anos de escravidão negra no país e as expectativas de um futuro mais igualitário e menos preconceituoso.

Para a presente proposta pedagógica, O Diário do Rio de Janeiro foi escolhido enquanto fonte e objeto privilegiado de análise, pela facilidade de acesso, já que se encontra-se

disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além disso, foi um jornal publicado por muitas décadas, com edições diárias, o que permite o estudo de diversos aspectos sociais, culturais, científicos, políticos e econômicos do Rio de Janeiro em diferentes momentos do século XIX.

1 Desenvolvimento

1.1 Um panorama inicial

Antes da análise de conteúdo dessas publicações serem feitas, é necessário que os(as) professores(as) contextualizem para suas turmas o que é um periódico e qual sua importância para o século XIX. Uma boa definição de periódico é feita por Barros (2021), como “[...] todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra”. José D’ Assunção Barros propõe três características principais: periodicidade, forma impressa e publicização. Em uma geração que recebe informações basicamente pela televisão ou pela internet, pode não ser clara a importância dos periódicos, daí a necessidade de dedicar um tempo da atividade, para explicar que, ao longo do século XIX, eles eram os principais meios de informação com notícias diversas e divulgação de anúncios comerciais.

Assim, ao escolher trabalhar com um periódico ou qualquer fonte primária, também se faz preciso contextualizar esse instrumento. Perguntas norteadoras como: Qual o nome do periódico? Quanto tempo circulou? Quais interesses representava? Era de fácil acesso e circulação? São questionamentos importantes para introdução da atividade junto à turma.

O Diário do Rio de Janeiro foi um periódico que circulou no século XIX, entre 1821 e 1878, sendo considerado o primeiro periódico diário da cidade. Por meio de suas páginas, somos apresentados a publicações diversas sobre o dia a dia no Rio de Janeiro como as transações comerciais, editais políticos, avanços nas ciências e outros aspectos que o colocam como um “meio de expressão de ideias e depósito de cultura” (Capelato, 1988, p. 20). Esse impresso também reunia uma grande quantidade de anúncios e notícias envolvendo escravizados e escravizadas. Myriam Pires (2008), em sua dissertação “Impressão, sociabilidades e poder: três faces da tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831)”, aponta que cerca de 40% dos temas publicados no Diário, nos anos de 1821 e 1825,

eram relativos à escravizados(as), o que o qualifica como um “vetor das relações escravistas da época”.

Ao identificarmos as publicações sobre mulheres escravizadas no periódico, nos anos referendados por Pires, quantificamos cerca de 8 mil anúncios. Essas publicações estão distribuídas nas seções de vendas, compras, aluguéis, amas de leite, escravos fugidos, achados, notícias particulares, perdas e leilões. Dessa forma, partimos da premissa que “A imprensa do século XIX, consolidou-se como uma arena onde as representações da mulher negra eram articuladas e difundidas, reforçando estigmas que as marcariam na trajetória da vida social” (Lima; Santos, 2025, p. 3). Para o presente trabalho, destacamos a análise de conteúdo de algumas dessas publicações, para uso em sala de aula, e como podem colaborar para o ensino e reflexão da crueldade do processo de escravização no Brasil. Dentro desse escopo de 8 mil anúncios, os professores e professoras têm possibilidades diversas de escolhas, em nossa abordagem optou-se pela seleção de publicações que abordassem as atividades em que essas mulheres eram empregadas, suas relações familiares e suas fugas. Em relação aos anúncios feitos por mulheres forras, foram selecionados textos que demonstram sua força de trabalho e que permitam a reflexão sobre os tipos de alforrias existentes.

Laurence Bardin em Análise de Conteúdo (1977), aborda que, a análise de conteúdo constitui:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Nesse sentido, iremos destacar as principais informações desses anúncios e notícias que podem ser úteis para a construção de conhecimento. Evidentemente, durante a prática dessa atividade com alunos e alunas, outras questões podem surgir a partir de suas dúvidas, interpretações e inquietações. Também é importante salientar que para fins de escrita deste artigo, as grafias dos anúncios e notícias foram atualizados para a norma gramatical atual, mas cabe ao professor(a) decidir se quer trabalhar com as imagens desses anúncios, apresentando-o em formato original ou transcrevê-las para a nossa grafia, entendendo que ambas as possibilidades são ricas para uso e diálogo. Assim, essa proposta pedagógica não se constitui enquanto uma ferramenta rígida e/ou fechada, proporcionando autonomia e adaptação aos responsáveis pela sua prática.

Para realização da atividade, estima-se a utilização de quatro tempos de aulas. O primeiro tempo de aula será utilizado para que o(a) docente apresente a proposta à turma e os contextualize sobre o uso de periódicos como fonte de análise, dando um breve panorama explicativo sobre o Diário do Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro tempos serão destinados para exposição e reflexão acerca dos anúncios, destacando-se as violências da Escravidão, as agências e protagonismos de mulheres escravizadas e forras. Nesse momento, cabe a consideração acerca dos impactos de todo esse processo no racismo e sexismo enfrentados pelas mulheres negras no presente. Por fim, o último tempo será dedicado a explicação e realização de dois instrumentos avaliativos: o primeiro será, em aula, um exercício em duplas no qual os(as) estudantes devem construir textos de sete a dez linhas sobre o que aprenderam com as análises e quais as mudanças e/ ou permanências identificaram desse passado histórico e que ecoam na atualidade. Em casa e para entregar na semana seguinte, as duplas serão solicitadas a identificar e pesquisar trajetórias de mulheres forras no século XIX, como Maria Pinto de Távora e Eva Maria Bonsucceso, para apresentarem aos seus colegas as histórias de algumas dessas mulheres que se libertaram da Escravidão.

1.2 A análise de conteúdo de anúncios sobre mulheres escravizadas

O presente anúncio foi publicado em 1822 no espaço de vendas do Diário do Rio de Janeiro:

Vende-se uma preta de Nação de 15 a 16 anos de idade que lava, engoma e cozinha e serve para todo o serviço de uma casa, tanto de porta a dentro como para fora: quem a quiser comprar dirija-se ao Largo de São Domingos, sobrado de grade de ferro por cima do segeiro (Diário do Rio de Janeiro, n. 23, 29 de abril de 1822)¹.

O primeiro aspecto que pode ser apresentado a esses alunos e alunas é sobre essa mulher ser definida como uma “preta de Nação” e o que isso representa. O Brasil foi o país que mais recebeu escravizados e escravizadas da África, via tráfico, dados de Hebert Klein em A Demografia do Tráfico Atlântico de para o Brasil (1987), e que apontam que, mais de 4 milhões de indivíduos desembarcaram no país entre 1531 e 1853. Essa mulher no anúncio ao ser definida como de “Nação” simboliza uma dessas pessoas que chegou ao país em diáspora forçada, mas

¹ Rio de Janeiro: **Diário do Rio de Janeiro**. Tipografia do *Diário*, 1821-1825.

seus donos não sabiam dizer, ou não queriam dizer, exatamente qual nação pertencia em África. A idade dessa escravizada também chama a atenção, de 15 a 16 anos, o que demonstra a violência desse processo escravocrata com uma mulher sendo traficada, vendida e explorada em uma idade tão jovem.

Ao ser vendida como alguém capaz de realizar serviços de “porta a dentro”² e fora correspondem justamente às funções de uma mucama, conforme disposto acima por Lélia Gonzalez: de lavar, cozinhar, engomar e afins. A grande maioria das publicações no Diário do Rio de Janeiro associam essas mulheres à capacidade de realizarem essas práticas dentro do lar. Já os serviços de porta a fora representam funções que envolvem sair do lar e ir às ruas realizarem compras, venderem itens e serem quitandeiras. Trabalhos como “Dizem as Quitandeiras...”: Ocupações Urbanas e Identidades Étnicas em uma Cidade Escravista: Rio de Janeiro, Século XIX (2011), de Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes e, As Negras Quitandeiras no Rio de Janeiro do Século XIX Pré-republicano: Modernização Urbana e Conflito em torno do Pequeno Comércio de Rua (2016), de Fernando Vieira de Freitas, apresentam como as mulheres negras escravizadas, forras e libertas foram importantes para o abastecimento da cidade naquele período e que, devido a isso, conseguiram se organizar politicamente em busca de suas reivindicações. O ser quitandeira pode ser abordado em sala de aula para demonstrar que essas mulheres não foram meramente passivas no processo violento ou, necessariamente, líderes de revoltas como a Dandara dos Palmares, mas que, de outras formas, agenciavam resistências num protagonismo cotidiano diverso e amplo e que deve ser lembrado.

Rua do Valongo n.º 69, tem uma escrava ladina para vender, com os préstimos seguintes: lavadeira, quitandeira de vender tripas e de cozinha, e todo o mais serviço comum de uma casa, de cuja quitanda dá diariamente a seu senhor por dia 480 e vende-se sem que tenha vício nenhum; quem a quiser comprar dirija-se a dita casa (Diário do Rio de Janeiro, n.º 2, 3 de fevereiro de 1825).

Nessa publicação de 1825, temos outro anúncio de escravizada sendo vendida. O endereço proposto “Rua do Valongo” pode ser utilizado em sala de aula para promover a reflexão acerca do papel do Cais do Valongo e adjacências no tráfico, venda e compra de escravizados(as). A Rua do Valongo, atual rua Camerino, era composta de vários casarões em que se realizavam essas transações. Essa mulher é taxada de “ladina”, o que no século XIX queria dizer que era uma escravizada já adaptada ao Brasil com algum domínio do idioma. Para

²Expressão utilizada no Diário do Rio de Janeiro.

além disso, o anúncio descreve que ela está apta a realizar várias atividades de porta a fora, conseguindo um valor diário de 480 réis ao seu dono, no intuito de que isso facilitasse a sua venda.

Ao refletirmos sobre esses anúncios transcritos de 1822 e de 1825, observamos que possuem em comum o fato de que essas mulheres escravizadas não têm sequer os seus nomes de batismo católico citados, muito menos os seus verdadeiros nomes. Elas são reduzidas à condição de mercadoria, o que interessa para os anunciantes e possíveis compradores são apenas o que elas podem realizar e quanto lucro eles podem obter com a exploração delas.

Nesse sistema escravista, a capacidade de gestar, amamentar e maternar dessas mulheres também era explorada por venda, compra ou aluguel. Existia uma seção própria chamada “amas de leite”, no Diário do Rio de Janeiro, destinada a esse tipo de comércio que incluía publicações, oferecendo, principalmente, mulheres escravizadas para amas, mas também era uma espaço utilizado por mulheres brancas e mulheres forras, oferecendo seus serviços.

Quem quiser comprar uma preta de Nação para ama de leite, que é muito rapariga, e tem muito leite, e tem um cria mulatinho de 4 meses de idade; e quem a quiser comprar se vende com o filho e também sem ele; e a dita rapariga sabe cozinar, ensaboar roupa, engomar muito bem e coser alguma coisa; quem a pretender procure na rua dos Barbônios a casa imediata a casa n.º 42 que tem um armário defronte (Diário do Rio de Janeiro, n.º 16, 20 de março de 1823).

Essa mulher é vendida com ou sem seu filho de quatro meses, cabendo ao seu vendedor e ao seu futuro comprador decidirem sobre ambas as vidas, sem levar em consideração as possíveis relações entre ela e seu filho. Esses pontos sobre a maternidade de mulheres escravizadas devem ser explorados para demonstrar como a escravização tentou desarticular não somente as relações afetivas e familiares dessas pessoas em África, com o tráfico de escravizadas, mas também agiu tentando desarticolá-las no Brasil.

Sonia Maria Giacomini (1988), em *Mulher e Escrava: Uma Introdução Histórica ao Estudo da Mulher Negra no Brasil*, reflete sobre a maternidade da mulher escravizada, propondo que “Nossas fontes, como um conjunto, apontam a todo momento o desconhecimento da subjetividade da escrava e o descaso frente à maternidade. A palavra ‘mãe’ refere-se exclusivamente a uma relação entre mulher branca e seus filhos” (Giacomini, 1988, p. 34), ou seja, ao engravidar e parir essa mulher escravizada tinha sua maternidade negada e ainda era

forçada a ser ama de leite das crianças brancas, conforme proposto no anúncio transcrito do Diário do Rio de Janeiro de 1823.

Acerca da criança escravizada temos que “[...] são duplamente mudas, e duplamente escravas, uma vez que, geralmente, entende-se que todo escravo, mesmo adulto, é criança para o seu senhor, menor perante a lei e eterno catecúmeno para a Igreja?” (Mattoso, 1991), sendo consideradas crianças até sete ou oito anos. Posteriormente, “Há, pois, um certo momento em que o filho da escrava deixa de ser a criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos” (Mattoso, 1991), passando a atuarem em serviços como mensageiros, pajens, mucamas *etc.* Mattoso (1991) conclui que nessa etapa esses jovens deixam de ser considerados crianças escravas e passam a ser enxergados como escravos ainda muito jovens, tendo que aprender a seguir ordens para não serem castigados.

Por muito tempo, a historiografia desconsiderou ou minimizou a existência e a importância dos laços, relações sociais e familiares dos escravizados(as), propagando um ideário de promiscuidade e sexualidade exacerbadas. Robert Slenes (1999), no livro *Na Senzala, uma Flor*, contrapõe essa visão da historiografia dos anos 60 e 70 que “[...] deixou o escravizado sem mesmo a capacidade de almejar a formação de famílias estáveis, muito menos defendê-las” (Slenes, 2011, p. 36), demonstrando por meio das fontes o que chamou de “família cativa”. Essa família inclui tanto as relações diretas como cônjuges e filhos, como também os compadres escravizados e afins, sendo esses enlaces importantes para as vidas desses indivíduos nas esferas emocionais, estruturais e econômicas.

As páginas do Diário do Rio de Janeiro estão repletas de publicações separadas entre os espaços de perdas e escravos fugidos, em que os senhores e senhoras denunciavam que seus escravizados e escravizadas fugiram e/ou desapareceram, oferecendo recompensas a quem as/os devolvesse. A apresentação e reflexão acerca dessas fugas no ensino de História é importantíssima, pois as agências e resistências desses indivíduos frente a escravização devem sempre ser citadas e debatidas.

Fugiu, há 2 para 3 anos, uma preta Benguela por nome Maria alta, rosto comprido, fula, olhos grandes, calombo no peito; quem dela souber ou der notícia dirija-se a rua da Cadeia n.º 70, ao sair ao Largo da Carioca, que receberá prêmio de 32.000 (Diário do Rio de Janeiro, n.º 18, 21 de julho de 1821).

No anúncio acima, uma pessoa está denunciando a fuga de uma escravizada da nação Benguela. O primeiro ponto a ser destacado é explicar à turma quem eram

considerados(as) os(as) escravizados(as) da nação benguela, pois “[...] a maioria dos escravos do Rio era importada do Centro-Oeste Africano” (Karasch, 1987, p. 50), que incluíam as regiões de Cabinda, Angola e Benguela. O segundo aspecto a ser pontuado é que essa escravizada já estava fugida há quase três anos, ou seja, estava conseguindo se manter em liberdade. Portanto, essas fugas não eram rapidamente encerradas, mas muitas conseguiram se manter em liberdade por certo período. Se compararmos esse anúncio com aquele anúncio de vendas, percebemos nessa publicação de escravos fugidos o máximo de descrição possível das características físicas dessa mulher, enquanto no anúncio de vendas quase não se diz nada sobre ela, além de suas habilidades. Cabe ao professor(a) propor aos estudantes a análise comparativa dessas publicações para eles levantarem hipóteses do motivo dessa diferenciação, sabendo que, possivelmente, era porque quanto mais características fossem apresentadas, mais fácil era a identificação, captura e devolução dessas mulheres em fuga aos seus donos e donas.

Um outro anúncio de fuga que pode ser trabalhado é o seguinte:

No dia 30 de setembro fugiu uma escrava por nome Balbina baixa, nariz grosso, cabelos muito duros, vestido azul, roupinha de baeta cor de rosa, com debrum preto, tem na cara um sinal pequeno feito de agulha, ainda é rapariga, costuma dizer que é forra, para se poder alugar, se dão boas alviçaras entregando-a seu senhor na Glória nº 46 (Diário do Rio de Janeiro, n.º 6, 7 de outubro de 1822).

Nessa publicação, temos novamente várias características físicas dessas mulheres sendo descritas para que fosse facilmente identificada. O denunciante aponta que ela tem “cabelos muito duros” e tal expressão pode ser utilizada para os(as) docentes conversarem com os(as) discentes sobre expressões utilizadas no período escravocrata e que, até hoje, são utilizadas para descaracterizar e menosprezar mulheres negras. Inclusive tal expressão está listada no site da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Espírito Santo da seguinte maneira “São falas racistas mais usadas, principalmente na fase da infância, pelos colegas. No entanto, elas se perpetuam até a vida adulta. Falar mal das características dos cabelos Afro também é racismo” (SEDH, 2020), portanto é vital que a origem dessa expressão seja debatida com os estudantes para que percebam a reprodução do preconceito.

Nilma Lino Gomes (2003) destaca que “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros” (Gomes, 2003, p. 171), apontando a instituição escolar como espaço importante de construção dessa identidade

negra. Nesse sentido, a autora indica a cor e o cabelo como ícones identitários que, por vezes, são inferiorizados em ambientes como a escola e o trabalho. Ela salienta que:

Porém, existem outros espaços em que o cabelo é visto numa perspectiva de revalorização. São eles: os contextos familiares em que se preserva a memória ancestral africana, alguns espaços da militância política, os salões étnicos, entre outros (Gomes, 2003, p. 173).

Assim, esse processo de valorização e reconhecimento do cabelo é essencial para a construção de autoestima. Tal processo também deve passar pela escola, com os docentes compreendendo a necessidade de demonstrar as origens históricas desse preconceito com os cabelos afro, assim como iniciativas que apresentem como o cabelo era/é exaltado em diferentes etnias e movimentos negros.

1.3 A análise de conteúdo de anúncios de mulheres forras

As alforrias constituíam elemento central para aquelas pessoas, pois consistiam na possibilidade de viverem longe do cativeiro e voltarem a ter autonomia. Antes da discussão sobre os anúncios, cabe aos professores e professoras explicarem aos alunos e alunas sobre o que é alforria e quais os tipos mais comuns. Clóvis Moura (2004) no Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, define alforria como o “Ato pelo qual o escravo conseguia a sua liberdade, passando à condição de liberto” (Moura, 2004, p. 24). O autor propõe três tipos principais: alforria condicionada, alforria de pia e alforria paga. Na alforria condicionada, o senhor e/ou a senhora concediam a alforria gratuita com a condição de que a escravizada ainda prestasse serviços a eles por um certo tempo ou até a morte da pessoa determinada. A alforria de pia era concedida no ato de batismo do recém-nascido(a) mediante ao pagamento de um valor simbólico feito por algum familiar ou padrinho da criança. Já a alforria paga, como o próprio nome já diz, a escravizada tinha que comprar de alguma forma a sua liberdade.

Próximo ao Valongo, na rua da Princesa, defronte ao n.º 60, por baixo de um sobradinho, a uma preta por nome Josefa, a qual com faculdade de seus Snrs., procura quem lhe empreste parte do dinheiro, que lhe falta para sua alforria, para o que oferece seu préstimo para servir com um ajuste razoável, a quem o dito importe emprestar, serve para ama de leite, por ter parido a pouco, vender fazendas, sabe engomar, lavar e todo arranjo de uma casa; qualquer pessoa que por humanidade queira cooperar para a liberdade de uma pobre cativa; poderá dirigir-se a casa acima mencionada, onde se poderá fazer o ajuste, pelos serviços mensais até completar a quantia, para o que ela se obrigará

passando todas as clarezas necessárias, com fiadores (Diário do Rio de Janeiro, n.º 11 de junho de 1825).

É possível exemplificar a alforria paga com esse anúncio de 11 de junho de 1825, em que Josefa utilizou o espaço de notícias particulares do Diário do Rio de Janeiro para trocar sua força de trabalho em prol de alguém que lhe dê o valor que falta para comprar a própria alforria. Mais uma vez podemos refletir sobre a maternidade na escravização, pois nesse anúncio sabemos que ela pariu há pouco tempo, mas não sabemos nada sobre seu bebê. Será que ela perdeu? Será que ele foi alforriado na pia batismal? Infelizmente, não possuímos respostas a essas questões, mas é interessante exercitar com os/as estudantes essa capacidade de construir hipóteses e interpretações.

Dentro daquela sociedade escravista e excludente, as mulheres alforriadas precisavam encontrar formas de sobreviver, já que o retorno ao continente africano era extremamente improvável. Temos poucas fontes sobre como eram as vidas dessas escravizadas em alforria, portanto os anúncios do Diário do Rio de Janeiro que apresentam algumas dessas informações são valiosos para a historiografia e para o ensino de História sobre essa temática.

Quem quiser alugar uma ama de leite, mulata forra, e de muito boas condições em seu modo de viver e tem muito bom leite, além disso é muito boa para o governo de uma casa, pode dirigir-se a rua de São José sobrado n.º 24 ali achará a mesma para se ajustar (Diário do Rio de Janeiro, n.º 10, 11 de outubro de 1821).

Aluga-se uma crioula forra para todo o serviço de uma casa de porta a dentro, mulher de muitos bons costumes, muito zelosa e ágil para todo serviço e qualquer serviço da mesma; quem a pretender dirija-se a rua do Sabão do Largo de São Domingos para cima n.º 129 (Diário do Rio de Janeiro, n.º 22, 27 de fevereiro de 1824).

O primeiro anúncio está localizado na seção destinada às amas de leite, propondo aluguel, já a segunda publicação se localiza na seção voltada para os aluguéis propriamente ditos. A imensa maioria dos anúncios de mulheres forras se dividem entre esses espaços, com alguns outros na seção de notícias particulares. O docente primeiro pode refletir com a sua turma por qual razão esses espaços eram os utilizados por essas mulheres, propondo ao final do debate que elas não desejavam ser vendidas ou compradas novamente, logo sua força de trabalho estava disponível apenas para aluguel. Esses anúncios permitem a discussão acerca dos termos utilizados pelo vocabulário e imaginário escravocrata da época, por exemplo, o termo “mulato”, de acordo com o Dicionário da Língua Brasileira (1832), de Luiz Maria da Silva Pinto, era definido como “Nascido de preto com branca ou de branco com preta. Pardo”;

assim podemos inferir que a “mulata” era uma mulher nascida dessas relações entre brancos(as) e negros(as). Já o termo “crioula” costumava ser usado para se referir às mulheres negras nascidas no Brasil.

É possível abordar com os alunos e alunas, as possibilidades de trabalho que essas mulheres alforriadas tinham naquela época. Lembrando que mesmo em liberdade, suas oportunidades de atuações ainda eram extremamente limitadas devido à exclusão racial daquela sociedade. Nesses anúncios publicados por elas, a primeira se disponibiliza a ser ama de leite e a segunda a cuidar dos afazeres domésticos. Além disso, uma se descreve como tendo “muito boas condições em seu modo de viver” e a outra se define como uma mulher de “bons costumes”, sendo muito interessante discutir com os estudantes o que significa ter boas condições e bons costumes em uma sociedade escravista e patriarcal? De maneira geral, era estar limpa, andar vestida, não ter vícios como beber e afins.

Essas fontes nos permitem ter como hipóteses que essas mulheres tinham algum domínio da escrita ou estavam inseridas em redes de pessoas que se disponibilizaram a escrever o que elas solicitaram, visto que cabia aos responsáveis pelas publicações escreverem os textos para o periódico publicar. Nesse sentido, elas tencionaram a lógica escravista do Diário do Rio de Janeiro e perceberam que era um veículo que também servia para que elas divulgasse sua própria força de trabalho, ou seja, utilizaram o periódico de forma criativa e engajada na construção de suas próprias vidas.

Conclusão

O presente artigo objetivou apresentar uma proposta pedagógica baseada no uso do periódico Diário do Rio de Janeiro, entre 1821 e 1825, para se pensar aspectos diversos da escravização feminina no Rio de Janeiro naquele período. A partir da análise de conteúdo dessas publicações, foram feitas propostas de como elas podem ser utilizadas no ensino de História para apresentar, refletir e debater com esses estudantes informações sobre a escravização moderna e o tráfico de escravizados, bem como o impacto histórico da escravização dessas mulheres na construção de estereótipos e discursos racistas e sexistas que são produzidos, reproduzidos e reverberam até o presente nas vidas dessas mulheres.

Essas publicações permitem discutir aspectos linguísticos, por meio das palavras utilizadas para se referirem a essas mulheres, e como muitos termos tipo “mulata” e “crioula” ainda são usados hoje de maneira extremamente violenta e racista. Outro ponto abordado é

como essas mulheres escravizadas eram, majoritariamente, destinadas a atividades domésticas, na função de mucamas, e como Lélia Gonzalez atribui isso à forma como a sociedade enxerga as mulheres negras como “profissionais domésticas”. A maternidade e as relações familiares dessas mulheres também foram abordadas para refletirmos como o sistema escravocrata as explorava de todas as formas possíveis e não se importava em separá-las de seus filhos e filhas em prol de lucrarem.

O ensino de História sobre a escravização também tem o dever de destacar as agências e protagonismos desses homens e mulheres cativos, demonstrando que não eram passivos e inertes frente à exploração. Mediante aos anúncios publicados nas seções de perdas e escravos fugidos, podemos propor aos estudantes que essas fugas não eram eventos raros, mas faziam parte do cotidiano daquela época, e as mulheres escravizadas usavam esse instrumento para conseguirem a liberdade tanto quanto os homens escravizados. Além disso, essas publicações descrevem algumas das estratégias dessas mulheres para impedirem a própria captura ao se dizerem forras, o que demonstra a capacidade de organização e inteligência delas. Também foram apresentadas publicações de mulheres forras que permitem aos professores e professoras refletirem com os discentes acerca das possibilidades de sobrevivência dessas mulheres em liberdade e quais atividades realizavam para garantirem seus sustentos.

Esperamos que essa proposta pedagógica, baseada na utilização de anúncios de periódicos, proporcione aos estudantes uma compreensão de como aquela sociedade era extremamente escravocrata, tratando esses indivíduos como mercadorias a serem comercializadas. Muito embora a Escravidão tenha sido abolida, sua longuíssima duração e penetração no país constituiu visões e práticas racistas que devem ser combatidas.

Como reflexão final é essencial destacar que é uma grande responsabilidade dos professores e professoras de História trabalharem com fontes primárias diversificadas em sala de aula para expandirem as visões de mundo de seus estudantes, o uso de impressos é apenas uma dessas possibilidades. Em se tratando da escravização é necessário que não seja reproduzido apenas o discurso da violência do cativeiro, embora nunca deva ser ignorada e esquecida, mas também, as agências e resistências desses indivíduos que foram agentes históricos de transformação.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Portugal: Lisboa Edições, 1977.

BARROS, José D' Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Portugal, 2021, pp. 421-443.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História, fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, vozes, 1988.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167–182, jan. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>. Acesso em: 02 nov. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. 1981. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas (org.). **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. cap. 2, p. 34 – 53.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 2, p. 129–149, 1987. DOI: 10.11606/1980-53571721hsk. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ee/article/view/157390>. Acesso em: 21 ago. 2025.

LIMA, L. M. dos S.; SANTOS, E. M. A desumanização da mulher negra colonizada no fim do século XIX: a imprensa como fonte historiográfica e a construção de sentidos. **Revista Fontes Documentais**, v. 8, Ed. Especial, p. e81258, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/66268>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PIRES, Myriam Paula Barbosa. **Impressão, sociabilidade e poder:** três faces da Tipografia do Diário na Corte do Rio de Janeiro (1821-1831). 2008. 170 f. Dissertação [Mestrado em História Política] - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RÜSSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rüssen e o Ensino de História.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SILVA, M. A. da; FONSECA, S. G. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, p. 13–33, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200002>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX / Robert W. Slenes.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

A Pedagogical Proposal for Teaching History: The Enslavement of Women in the *Diário do Rio de Janeiro*

Abstract: This article aims to present and develop a pedagogical proposal using advertisements about enslaved women published in the *Diário do Rio de Janeiro* during the 19th century. It aims to highlight how the use of periodicals can be important for students to understand, analyze, and reflect on the enslavement of women and its impact on the construction of stereotypes that persist in the lives of Black women to this day. The methodology for analyzing these advertisements will be qualitative documentary research, using content analysis, which allows us to understand how these enslaved women were used for domestic and/or foreign services in that slave-owning society, as well as to learn about some of their escapes.

Keywords: Enslaved women; *Diário do Rio de Janeiro*; Pedagogical proposal.

Recebido: 25 agosto 2025

Aprovado: 05 novembro 2025